

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas e quarenta e oito minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a Décima Sessão Plenária do Décimo Sétimo Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Nessa ocasião, estavam presentes, entre conselheiros e convidados, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Andréa Esmeraldo Câmara, Clarissa Paranhos Guedes, Cleia Oliveira Cunha, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de Lacerda Barbosa, Fabian Javier Marin Rueda, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos, Regina Lúcia Sucupira Pedroza e Sandra Elena Sposito. Pedro Paulo informou que Iolete Ribeiro da Silva, Célia Zenaide da Silva e Rosane Lorena Granzotto justificaram ausência na plenária. Ana Sandra Nóbrega deu início à Sessão Plenária saudando a todos os presentes, e o plenário passou aos informes. **6. Processos éticos.** Foi informado que não haverá julgamentos de processos éticos em dezembro. **7. SEI.** Realizou-se um treinamento com os conselheiros sobre o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) implementado no CFP e no âmbito da administração pública federal desde o dia doze de setembro deste ano. É possível acessar o sistema por computador ou smartphone. O programa facilitará a tramitação de documentos, inclusive os processos éticos que, doravante, serão feitos de modo totalmente digital. Os conselheiros aprenderam a colocar assinatura digital em documentos. Terminados os informes, os conselheiros passaram a discutir os pontos de pauta. **6. Atas da 9ª Plenária do XVII Plenário do CFP.** As atas da nona Plenária serão apreciadas e assinadas na Plenária do mês de outubro. **7. Resolução do CFP nº 001 de 1999.** O plenário voltou a discutir a Resolução do CFP nº 001 de 1999. Crê-se ser necessário aproveitar o momento da comoção relacionada à liminar que descaracterizou a normativa do CFP. É preciso organizar manifestações de apoio e propostas de ajuda de movimentos sociais a fim de transformá-las em algo propositivo. Na opinião de alguns conselheiros, a campanha da resolução deveria incorporar questões de gênero, a fim de que a sexualidade seja entendida dentro desse aspecto. O CFP também poderia iniciar a produção de documentos de caráter ético, político, teórico e técnico de um modo abrangente. Poderia haver, ainda, um portal no site do CFP sobre a *despatologização* das identidade trans, sobre a defesa da Resolução do CFP nº 001 de 1999, sobre a ata da audiência judicial, além de cartas de apoio recebidas. Sugeriu-se criar uma sistematização histórica da luta do CFP em relação à resolução e promover um debate *online*, no mês de outubro deste ano, com autores da normativa, movimentos LGBT e representantes da OAB. A quantidade de manifestações pelo país impressionou, inclusive porque não foram articuladas pelos conselheiros federais, pois estes estavam envolvidos com a polêmica em outras instâncias. Indicou-se a coleta de depoimentos de pessoas que foram submetidas à chamada terapia de reorientação a fim de se produzir um livro. Soube-se que alguns movimentos LGBT e deputados federais iniciaram processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra o juiz federal que proferiu a liminar contra a Resolução do CFP nº 001 de 1999. Rogério Giannini, contudo, salientou o fato de o

CFP ser uma autarquia pública e, portanto, uma instituição do Estado, não constituindo seu escopo institucional questionar atuação de juízes. Esclareceu não ter havido autorização do CFP para esse processo. A questão é lutar pela integralidade da resolução, em relação ao texto e à interpretação, e não procurar punir o juiz. No que diz respeito à identidade de gênero, mesmo que haja posicionamento claro do plenário do CFP a respeito do assunto, é preciso averiguar a melhor estratégia política para se propor isso socialmente, pois muitas pessoas que não consideram a homossexualidade uma doença tergiversam sobre a questão da transgeneridade. É necessário ressaltar, ainda, que a função precípua do CFP é regular a Psicologia, e não a liderança de qualquer movimento. No caso, o movimento LGBT deveria ser o protagonista da pauta relativas a suas questões, e não o CFP. Comentou-se que a logomarca do CFP apareceu em vários locais e faixas pelo país e que profissionais falaram em nome do Conselho. Isso pode se tornar um problema em situações concretas de uso inapropriado. Ataques pessoais têm sido feitos a conselheiros em redes sociais. A fim de que o plenário esteja mais munido de informações, o instrumento de agravo da assessoria jurídica deverá ser enviado a todos os conselheiros com o resumo dos últimos acontecimentos. No âmbito do CREPOP, quer-se estabelecer uma comissão de especialistas para que, futuramente, uma referência sobre a Resolução do CFP nº 001 de 1999 seja produzida. Essa comissão deverá ser montada pelo grupo liderada por Sandra Sposito. Paulo Roberto Ceccarelli poderia ser convidado para ajudar na questão histórica do CFP sobre esse assunto. Alertou-se para que os conselheiros tenham atenção dobrada para declarações e posicionamentos assumidos, tendo em vista a grande atenção que o CFP recebe no momento. Os conselheiros devem ser cautelosos ao aceitar convites da mídia, pois o que se pretende, muitas vezes, é a polarização. Os conselheiros devem falar institucionalmente, e não favorecer exposições midiáticas. Se o CFP capitaneia uma campanha contra preconceito e intolerância, deve ser cuidadoso para não usar dessas mesmas estratégias. Os psicólogos que entraram com a ação contra o CFP também não devem ser tratados como inimigos. Foi dado, também, um informe sobre Resolução do CFP nº 001 de 1999. Recentemente, Sérgio Maggi, produtor do musical L, solicitou parceria com o CFP para divulgarem o espetáculo. Resumidamente, este ponto gerou os seguintes encaminhamentos: elaborar uma resposta institucional às entidades que têm solicitado apoio ao CFP com relação ao assunto; produzir documentos de caráter político e teórico-técnico; construir portal relativo à temática, com o histórico do processo e a compilação de todos os materiais existentes relativos ao tema; realizar um debate online relativo ao tema, previsto para outubro, com a participação de representantes do CFP, da OAB, editores da Resolução, dentre outros; agregar depoimentos de pessoas que tenham passado por experiências associadas à reorientação sexual. O instrumento de agravo do CFP será encaminhado aos conselheiros juntamente com um resumo elaborado pela ASJUR sobre o assunto. O grupo que lidera a Campanha em defesa da Resolução do CFP nº 001 de 1999 articulará as ações. 8.

Processos Administrativos - Julgamento. O plenário deu início ao julgamento de processos administrativos. **007/2017** – Oriundo do CRP-08 referente ao cancelamento de registro profissional da Psicóloga Francielle Alarcon Guglielmi. A relatora Clarisse Guedes indeferiu o pedido de cancelamento do registro profissional da requerente. Os

89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132

conselheiros presentes acompanharam seu voto. A conselheira Cleia Cunha declarou-se impedida para votar. **008/2017** – Oriundo do CRP-08 referente ao cancelamento de registro profissional da Psicóloga Bruna Larissa de Assis. A relatora Clarisse Guedes indeferiu o pedido de cancelamento do registro profissional da requerente. Os conselheiros presentes acompanharam seu voto. A conselheira Cleia Cunha declarou-se impedida para votar. **009/2017** – Oriundo do CRP-08 referente ao cancelamento de registro profissional do Psicólogo José Renato Manhani Garcia. A relatora Clarisse Guedes indeferiu o pedido de cancelamento do registro profissional do requerente. Os conselheiros presentes acompanharam seu voto. A conselheira Cleia Cunha declarou-se impedida para votar. **010/2017** – Oriundo do CRP-08 referente ao cancelamento de registro profissional da Psicóloga Renata Matiossi. A relatora Clarisse Guedes deferiu o pedido de cancelamento do registro profissional do requerente. Os conselheiros presentes acompanharam seu voto. A conselheira Cleia Cunha declarou-se impedida para votar e a conselheira Sandra Sposito se absteve. **012/2017** – Oriundo do CRP-08 referente ao cancelamento de registro profissional da Psicóloga Mariana L de Almeida Redwitz. A relatora Clarisse Guedes indeferiu o pedido de cancelamento do registro profissional do requerente. Os conselheiros presentes acompanharam seu voto. A conselheira Cleia Cunha declarou-se impedida para votar. **013/2017** – Oriundo do CRP-08 referente ao cancelamento de registro profissional da Psicóloga Adriane Maria Tesser Parissi. A relatora Clarisse Guedes indeferiu o pedido de cancelamento do registro profissional do requerente. Os conselheiros presentes acompanharam seu voto. A conselheira Cleia Cunha declarou-se impedida para votar. Foi solicitada a produção de um material de referência a psicólogos que trabalham na área de recursos humanos, pois há constante e crescente demanda sobre cancelamento de registro profissional. Uma matéria sobre isso, a ser feita juntamente com a Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, deverá ser publicado no Jornal do Federal. **9. Calendário de Eventos para 2018.** O calendário para dois mil e dezoito foi discutido, alterado e aprovado. Foi incluído o Seminário sobre a Pesquisa Preconceito e Violência nas Escolas no dia vinte e dois de março de dois mil e dezoito e foi definido que não haverá julgamento de processos éticos em dezembro desse mesmo ano. Esse calendário encontra-se anexado a esta ata. **10. Revista Diálogos.** Iolete Ribeiro (CFP), Ricardo Figueiredo Moretzsohn (MG) e Elisa Zaneratto (SP) serão responsáveis pela condução da revista. Pretende-se publicar uma revista antes da próxima APAF de dezembro deste ano. Não é necessário que os indicados sejam ligados à área acadêmica. Os conselheiros deverão enviar sugestões, por e-mail, considerando o critério das cinco macrorregiões do Brasil. **11. Revista Psicologia, Ciência e Profissão.** Foram apresentados os dados de impressão e distribuição da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, incluindo os custos, que margeiam duzentos mil reais. O plenário considera o custo demasiado alto para o retorno. É preciso reconsiderar o modo de divulgação da revista e trazer a BVS-Psi de volta ao debate. A equipe editorial da revista se reunirá em outubro deste ano a fim de elaborar uma nova proposta de redistribuição para que a próxima reunião plenária reaprecie o assunto e inclua como pauta da APAF. **12. Grupos de Trabalho da APAF.** Resultados dos GTs deverão ser mostrados na próxima reunião da APAF, tendo em vista que a nova gestão estará, então, há um ano no CFP. Os conselheiros apresentaram

134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176

informes a respeito desses GTs. **GT de Laicidade.** Não houve, ainda, reuniões, mas até a próxima plenária haverá um resultado concreto a ser apresentado. **GT de elaboração, produção e financiamento de publicações dos CRPs.** No momento, o GT elabora minuta para regulamentar esse tipo de financiamento. Haverá reunião no dia nove de outubro deste ano sobre o assunto. Acredita-se que o GT finalizará suas atividades até a próxima APAF. **GT de assuntos financeiros.** Há uma lista extensa de objetivos para esse GT e, por isso, não é possível dizer quando ele encerrará suas atividades. Devido à complexidade de suas tarefas, criou-se um subgrupo técnico para elaboração de um manual de questões financeiras. Não se pretende que seja lido na próxima APAF, pois esse material tem mais de cem páginas, mas sua minuta será enviada anteriormente e discutido na reunião de tesoureiros. **GT para Evidenciar a Resolução nº 018/2002.** O material produzido sobre o assunto por gestões anteriores foi reunido. Essa compilação será discutida no dia onze de outubro deste ano, durante a reunião desse GT. **GT para Revisão da Resolução CFP nº 007/2003.** Durante último encontro da Secretaria de Orientação e Ética, solicitou-se que os CRPs encaminhassem contribuições para a minuta da nova resolução. O prazo estabelecido foi o dia cinco de setembro, mas poucos CRPs responderam. Agora, o GT reunirá o material recebido para propor uma minuta de resolução na próxima APAF. **GT sobre CREPOP – Política Indutora.** Esse GT quer dar encaminhamento à produção de uma referência que aborde a questão da diversidade sexual. Para isso, será constituída a comissão ad hoc de especialistas para a temática, no âmbito do CREPOP. Para ela, serão convidados Maria Lúcia Chaves Lima (PA), Suzana Konstantinos Livadias (PE), Anna Paula Uziel (RJ), Clair Aparecida (SP), Tatiana Lionço (DF), Daniel Kerry dos Santos (SC), todos eles representando regiões do Brasil. Sandra Sposito será a conselheira responsável pela comissão. **GT de Psicologia e Esporte.** É preciso atualizar o senso sobre psicólogos que trabalham com esporte e tirar um posicionamento sobre uma nota pública feita a respeito do *Coaching*. O GT indicou que o CFP estabelecesse parceria com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte (ABRAPESP). A conselheira responsável, Elizabeth Lacerda, questionou se as reuniões do GT devem ser retomadas. O GT deverá ter como encaminhamento a proposta de levar a Psicologia do Esporte ao CREPOP a fim de que se produza uma referência sobre Psicologia do Esporte. **GT sobre Demandas do Judiciário e Ministério Público aos Psicólogos que atuam nas políticas de saúde e assistência social.** Não houve retorno dos CRPs integrantes do GT para a construção de um documento. Questionou-se a possibilidade de o CFP encaminhar uma minuta inicial aos membros do GT, mas é preciso haver deliberação do próprio GT para tal. Novo prazo deverá ser dado ao GT. **GT sobre Atuação da Psicologia no Contexto de Medidas Socioeducativas.** Os CRPs integrantes se responsabilizaram a apontar pontos importantes a serem contemplados na revisão dos documentos de referência. Há, em curso, articulação entre o CREPOP, CONANDA e FNDCA sobre adolescentes em medida socioeducativa sobre medidas socioeducativas. Pretende-se que o GT encerre suas atividades na APAF de maio de dois mil e dezoito, quando a minuta de resolução sobre o tema será votada. **GT de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.** Atualmente, o GT discute o Código de Processo disciplinar, a modalidade *Coaching* e novas práticas em Psicologia. Há, também, uma

178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220

proposta de consolidação de todas as normativas da Psicologia em uma única resolução. Questões de políticas de orientação e fiscalização, de administração, de legitimidade do exercício profissional e de proposições de novas resoluções serão divididas em bloco. **GT do CREPOP – Acompanhar Pesquisas em Andamento.** Em relação à Segunda Comissão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Fabiana Itaci representará o CFP. Andrea Esmeraldo coordenará a comissão de revisão de documento sobre Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. As pessoas que elaboraram inicialmente esse documento serão convidados a participar da comissão.

13. Avaliação de Testes Psicológicos. O plenário passou à avaliação de testes psicológicos submetidos ao SATEPsi. **Inventário Dimensional Clínico de Personalidade 2 - IDCP2.** Plenário aprovou parecer da CCAP de que teste é favorável, com abstenção de Fabiana Itaci. **Escala Hare PCL: Versão Triagem.** O parecer da CCAP foi lido e o plenário começou a discutir sobre o histórico da Escala Hare. Questionou-se a definição de psicopatia apontada no teste e o conceito de diversidade criminal. Sandra Sposito considera que a área de avaliação psicológica colide com o atual projeto político do CFP, pois expõe a gestão a vários problemas. Em relação ao material do teste avaliado, Fabian Rueda considera sua qualidade baixa e todos os pareceres foram desfavoráveis. O conselheiro pensar ser importante reformular a Resolução do CFP nº 002 de 2003 sobre avaliação de testes psicológicos, para que os direitos humanos sejam respeitados. Quanto a contradições, afirmou que todas as áreas da Psicologia são permeadas delas e é necessário não reforçar preconceitos contra a área de avaliação psicológica. O plenário aprovou parecer da CCAP de que teste é desfavorável, com abstenção de Sandra Sposito e Andrea Esmeraldo. **Escala Baptista de Depressão (versão Infanto-Juvenil) - EBADEP IJ.** Questionou-se se os testes consideram diferenças regionais do país. Atualmente, noventa por cento dos testes feitos no Brasil são oriundos da região sul e sudeste, embora exista esforço de que estas diferenças regionais sejam consideradas. Plenário aprovou parecer da CCAP de que teste é favorável. **Escala de Percepção do Suporte Social (Versão Adolescente) - EPSUS (Adol).** Plenário aprovou parecer da CCAP de que teste é favorável, com abstenção de Márcia Badaró e Regina Pedroza. **Escala Matrizes de Viena - Plataforma Informatizada.** Plenário aprovou parecer de estudo de equivalência. Os conselheiros solicitaram que os pareceres dos testes lhes sejam encaminhados anteriormente.

14. Demandas da CONPAS. No mês de agosto, a coordenação Executiva da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social. (CONPAS) foi recomposta e propostas de ação foram encaminhadas para apreciação do plenário do CFP. Por provocação do Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), propôs-se a Campanha de Combate ao Preconceito Contra os Usuários do SUAS. Os usuários do SUAS afirmam sofrer um crescente processo de criminalização e que há uma ideia de que pessoas necessitadas de auxílios são indolentes. A campanha tem eixos e subeixos. A CONPAS considerou a possibilidade de fazer campanhas regionais concomitantes a eventos do CREPOP. Pretende-se imprimir materiais da campanha em dezembro deste ano e lançar a campanha na Conferência Nacional de Assistência Social, a ser realizada em dezembro deste ano. O investimento financeiro previsto será, sobretudo, em materiais gráficos e eventual

222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252

custeio de passagens para usuários, visto que o Fórum Nacional dos Usuários do SUAS, com quem pretende-se realizar a articulação da Campanha, não dispõe de recursos financeiros para tal. O Plenário aprovou a proposta relativa à Mostra Nacional de Práticas Psicologia no SUAS – 2018. A CONPAS deverá construir um planejamento mais detalhado e apresentar à Plenária, incluindo o propósito de articulação das mostras regionais com o Seminário que se encontra sob a coordenação do CREPOP. **15. PLS 174/2017.** Entidades psicanalíticas brasileiras posicionaram-se contrariamente ao Projeto de Lei 174/2017, que pretende regulamentar o exercício da profissão de terapeuta naturista. Aventou-se a possibilidade de mobilizar outros conselhos profissionais de saúde. O plenário apoiará o movimento das entidades psicanalíticas contra regulamentação de terapia naturista. **16. Parceria do CFP com UnB - Plataforma Digital.** Paulo Maldos comentou haver movimentos nacionais que visam a impedir retrocessos sociais. Um deles, chamado “O Brasil que a gente quer”, terá como eixo central a discussão da democracia e deverá acontecer em, ao menos, sete cidades. Disse haver três modos diferentes de plataforma digital e que há, em curso, estabelecimento de parceria entre CFP e UnB. Esse processo passou por várias instâncias na UnB e encontra-se em fase final de aprovação. A Plataforma Digital será uma importante ferramenta para realizar debates com a sociedade brasileira, averiguar polarizações, ouvir a categoria profissional. O CFP deverá apresentar a Plataforma Digital durante o dia de trabalho, promovido pela Comissão de Direitos Humanos, entre psicólogos que trabalham com Emergências e Desastres e os que trabalham com ações de Clínica de Rua. **17. Pontos Financeiros. Execução Orçamentária e Financeira do CFP – janeiro a agosto de 2017.** A execução financeira e orçamentária do CFP foi apresentada ao plenário. Os materiais sobre questões financeiras deverão ser enviados com antecedência aos conselheiros. **18. Posicionamento do Plenário sobre PL de Psicopedagogia.** Regina Pedroza deverá enviar aos conselheiros levantamento feito sobre posicionamento das gestões anteriores a respeito do Projeto de Lei que cria a profissão de psicopedagogia. A discussão deverá ocorrer na próxima plenária. Rogério Giannini fez os agradecimentos finais e encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e oito minutos. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Secretário-Geral do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados _____.

Carina P. Guedes
Aurea @ swift

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]